

## A Educação Patrimonial como Instrumento para o Ensino-Aprendizagem no Bairro do Porto de Cuiabá/MT

### Patrimonial Education as an Instrument for Teaching-Learning in Porto de Cuiabá Neighborhood of Cuiabá/MT

Maristene Amaral Matos<sup>a</sup>; José Serafim Bertoloto<sup>\*ab</sup>; Nileide Souza Dourado<sup>c</sup>

<sup>a</sup>Universidade de Cuiabá, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino. MT, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos de Cultura Contemporânea. MT, Brasil.

<sup>c</sup>Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. MT, Brasil

\*E-mail: [serafim.bertoloto@gmail.com](mailto:serafim.bertoloto@gmail.com)

---

#### Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar a Educação Patrimonial como processo educativo e de valorização na construção do conhecimento individual e coletivo, por intermédio da participação efetiva das comunidades, que detém as diversas referências culturais dos locais nos quais habitam e convivem, tendo como pressuposto que a Educação Patrimonial está situada na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação, por meio da conscientização de crianças, de jovens e de adultos. A pesquisa bibliográfica descritiva com enfoque qualitativo na análise de artigos contemporâneos e clássicos aborda a educação patrimonial e o ensino no Brasil, tendo como aporte o Porto Geral de Cuiabá como patrimônio histórico-cultural, um sítio arquitetônico construído no início do século XVIII e que se mantém abandonado em visível degradação, necessitando passar por um processo de revitalização, via conscientização das autoridades e da comunidade local. Foram realizadas observações *in loco* e análise direta registrando a situação dos imóveis. Será com práticas educacionais transformadoras, que tenham por base determinados bens ou manifestações consideradas patrimônio cultural, que o desenvolvimento das conservações se concretizará. Dentro deste objetivo, questiona-se: quais as relações da Educação Patrimonial com o ensino? Objetiva-se perceber quais as relações da Educação Patrimonial nos diversos espaços de ensino-aprendizagem no país, enfatizando a percepção material e imaterial, tendo como referência o conjunto arquitetônico histórico do Porto de Cuiabá-MT. A oportunidade do contato com o Patrimônio Histórico por meio da Educação Patrimonial no Ensino se apresenta como um caminho oportuno para o despertar de um novo olhar sobre o patrimônio histórico-cultural e a sua importância para a compreensão da história.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Ensino. Patrimônio Histórico.

#### Abstract

*The purpose of this article is to present Patrimonial Education as an educational and valorization process in the construction of individual and collective knowledge, through the effective participation of the communities that hold the diverse cultural references of the places where they dwell and live together, assuming that Education Patrimonial is situated at the confluence among education, memory, culture, heritage and preservation, through the children's, youth's and adults' awareness. The descriptive bibliographical research with a qualitative focus in the analysis of contemporary and classical articles deals with heritage education and education in Brazil, with the Cuiabá Port contribution as a historical-cultural heritage, an architectural site built in the early 18th century and it remains abandoned in visible degradation, needing to undergo a revitalization process, via the authorities awareness and the local community. On-site observations and direct analysis were performed, recording the real estate situation. It will be with educational practices transforming, based on certain goods or manifestations considered cultural heritage, that the development of conservations will be accomplished. Within this objective, it is asked: what are the relationships of Patrimonial Education with teaching? The objective of this study is to understand the relationship between heritage education in the various teaching and learning spaces in the country, emphasizing the material and immaterial perception, with reference to the historical architectural set of the Port of Cuiabá-MT. The opportunity of the contact with the Historical Patrimony through the Patrimonial Education in the Teaching presents itself as an opportune way for the awakening of a new look on the historical-cultural patrimony and its importance for the understanding of history.*

**Keywords:** Patrimonial Education. Teaching. Historical Patrimony.

---

#### 1 Introdução

A Educação Patrimonial é um instrumento que oportuniza a conexão entre a escola e a comunidade, por meio do ensino e com a participação de todos, com um olhar unificado em prol de um único objetivo, que é a valorização e a conservação da identidade e da diversidade cultural local, ampliando o entendimento dos vários aspectos pelos quais é formado o patrimônio arquitetônico e cultural e o que isso representa para a formação de cidadania, da identidade e da memória de

uma geração.

Entre um dos instrumentos, que proporciona a compreensão e o entendimento do conceito de patrimônio cultural, está a Educação Patrimonial, e como enfatizam Horta, Grunberg e Monteiro (1999, 2011), não pode ficar restrita ao espaço escolar, sendo um importante instrumento pedagógico para a formação da cidadania. Nesse sentido, a Educação Patrimonial abre portas para que as ações sejam agregadoras, em função do fato de proporcionar que a comunidade seja envolvida no processo, e o resultado consequentemente tende a ser positivo.

Somos todos promotores de cultura, o que torna cada um responsável pela sua manutenção, para que as novas gerações tenham a oportunidade de entender o tempo já vivido e o espaço cultural consolidado.

Nas escolas, a Educação Patrimonial, como mostram algumas literaturas sobre o tema (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999; 2011), ainda é tímida, essa é colocada em prática por meio de projetos e de ações educativas e criativas, que exercem o papel de transformação na forma de ensinar, por meio do envolvimento de todos – professores, alunos e a comunidade em geral – na busca de despertar a memória afetiva, o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural local.

A Educação Patrimonial se apresenta como uma oportunidade para construir um caminho que permita pensar as práticas educativas, que podem ser realizadas na escola, tendo o professor como seu agente multiplicador, a fim de incentivar a valorização das identidades culturais, compreender e disseminar o patrimônio histórico material e imaterial e a importância do mesmo para a identidade pessoal, da comunidade, da cidade e da nação.

O artigo tem como objetivo a análise da Educação Patrimonial e suas possibilidades na educação e formação do cidadão, com vistas a enfatizar a percepção material e imaterial para o conjunto arquitetônico do Porto de Cuiabá-MT, tombado pela Portaria nº 035/SEC/2007, localizado no bairro do Porto, ocupado atualmente por comércios e residências. A Educação Patrimonial oportuniza aos alunos vivenciar e compreender a importância do patrimônio cultural e da história da qual faz parte o seu cotidiano e o local em que está inserido.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Metodologia

O estudo foi realizado por meio da revisão de literatura, com abordagem qualitativa e análise de artigos que abordam a Educação Patrimonial e o Ensino no Brasil, em um diálogo com diversos autores e fontes, entre eles Horta *et al.* (1999, 2011), IPHAN (2014), Arroyo (2005), Maltêz *et al.* (2010), e outros.

Foram realizadas pesquisas para conhecer a história do conjunto arquitetônico do bairro do Porto em Cuiabá, antes de seu tombamento, a partir de 1960, até a data de seu tombamento em 2007, e após o tombamento até os dias atuais, e o que efetivamente foi feito para a sua preservação e a conservação do local.

A pesquisa bibliográfica foi feita com o enfoque qualitativo, na análise de artigos contemporâneos, que abordam a educação patrimonial e o ensino no Brasil, tendo como mote o Porto Geral de Cuiabá como patrimônio histórico-cultural, um sítio arquitetônico construído no início do século XVIII e que se mantém abandonado em visível degradação, necessitando passar por um processo de revitalização, via conscientização

das autoridades e da comunidade local.

### 2.2 Discussão

#### 2.2.1 A história patrimonial do Porto de Cuiabá: revisão da literatura

O estudo foi realizado por meio da revisão de literatura, com abordagem qualitativa e análise de artigos que abordam a Educação Patrimonial e o Ensino no Brasil, em um diálogo com diversos autores e fontes, entre eles Horta *et al.* (1999, 2011), IPHAN (2014), Arroyo (2005), Maltêz *et al.* (2010), e outros.

Foram realizadas pesquisas para conhecer a história do conjunto arquitetônico do bairro do Porto em Cuiabá, centro histórico urbano, antes de seu tombamento, a partir de 1960, até a data de seu tombamento em 2007, e após o tombamento até os dias atuais, e o que efetivamente foi feito para a sua preservação e a conservação do local.

A pesquisa bibliográfica descritiva com enfoque qualitativo, na análise de artigos contemporâneos e clássicos, aborda a educação patrimonial e o ensino no Brasil, tendo como aporte o Porto Geral de Cuiabá como patrimônio histórico-cultural, um sítio arquitetônico construído no início do século XVIII e que se mantém abandonado em visível degradação, necessitando passar por um processo de revitalização, via conscientização das autoridades e da comunidade local.

A pesquisa se desenvolveu com a observação do local de estudo, que comporta diversos casarões antigos, levando a uma apropriação visual e afetiva dos espaços que se encontram abandonados pelo Poder Público.

### 2.3 Educação patrimonial

Pelegri define patrimônio como resultado de um conjunto de ações e práticas que são construídas no cotidiano, e diz que:

[...] patrimônio diz respeito às maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição (PELEGRINI, 2006, p. 16).

Nesse contexto, percebe-se que a educação patrimonial se apresenta como instrumento para valorização e conservação do patrimônio construído. Segundo Paulo Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21).

O patrimônio (cultural) é entendido como aquilo que se valoriza e dá sentido. “É um olhar para dentro: primeiro para dentro de nós, depois para dentro de casa, do jardim, do quintal, do bairro, da cidade, e, finalmente, da região e do país” (BRASIL, 2013, p. 8).

O Manifesto de Amsterdã enfatizou que “o patrimônio arquitetônico tem um valor educativo determinante”, sendo um importante recurso pedagógico (IPHAN, 1975, p.1). A Educação Patrimonial, para a historiadora Maria de Lourdes

Horta, é identificada como:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (IPHAN, 1999, p. 19).

Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, 2011), a educação patrimonial tem o interesse de contribuir para a ampliação de uma nova visão do patrimônio cultural, como fonte de conhecimento e aprendizado a ser utilizada e explorada na educação, estabelecendo um diálogo entre as gerações pela experiência com os bens culturais, sua compreensão e valorização.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999, 2011), assim como Queiroz (2006) e Maltês et al. (2010), tratam a alfabetização cultural como forma de valorização, por parte dos indivíduos, de seu local de vivência, é o despertar para a importância do contexto histórico no qual está inserido, com olhar crítico e protetor.

Queiroz defende que para que se consiga preservar o patrimônio primeiro é preciso compreendê-lo, e a educação patrimonial é um mecanismo que oportuniza e propicia essa compreensão, e argumenta a respeito do assunto da seguinte maneira:

[...] torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando uma autoestima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade do perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de transformação (QUEIROZ, 2006, p.2).

No Brasil, foi a partir do Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, ocorrido no ano de 1983, por iniciativa do Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, que a perspectiva da Educação Patrimonial foi, de fato, reconhecida (MALTÊS et al., 2010), transformando-se e, assim, compreendido o Patrimônio Cultural brasileiro, a partir da diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas como fonte de conhecimento e de aprendizado, inserida no sistema formal de ensino com propostas metodológicas de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais.

Tem origem inglesa a expressão Educação Patrimonial (*Heritage Education*), e segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), como já mencionado, traduz um trabalho de alfabetização cultural, buscando retratar ao indivíduo a compreensão do mundo que o rodeia, assim como seu universo sociocultural, e a trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Seguindo a linha de raciocínio de Queiroz (2006), o estudo

do conjunto arquitetônico do Porto de Cuiabá-MT, pautado na Educação Patrimonial, objetiva reavivar a memória afetiva da comunidade e despertar a reflexão e o interesse nos alunos da Escola Estadual Senador Azeredo pelos aspectos arquitetônicos e artísticos do conjunto como forma de contribuição na preservação, conservação e recuperação do local, bem como elemento instigador na construção de sua cidadania.

Figura 1 - Casarão do Porto



Fonte: Matos (2017).

Figura 2 - Casarão do Porto



Fonte: Matos (2017).

Alguns casarões do Conjunto Arquitetônico do Porto, como pode ser notado nas figuras 1 e 2, vivem hoje um momento de abandono. São construções centenárias que estão sendo destruídas pela ação do tempo e do homem e pelo desinteresse do setor público, em exercer seu papel de tutor desse espaço, e como tal, propor ações no sentido de preservar esse patrimônio histórico importante, que conta a história do início da urbanização de Cuiabá.

A contribuição de Vygotsky é importante, visto que mostra o processo cultural em que os signos mediam as significações fornecidas pelo grupo cultural. Este processo “é fundamental para a constituição dos sujeitos e para a relação do sujeito com o mundo” (VYGOTSKY, 2005, p. 135-136), trazendo, com isso, a relevância de se pensar o conceito de patrimônio na escola, pelas suas possibilidades de múltiplas significações. A questão é que a construção do conceito de patrimônio vai determinar as relações destes sujeitos com determinados bens culturais (JEUDY, 1990).

A compreensão do conceito de patrimônio pode surgir como um elemento fundamental para a escola, no sentido de viabilizar a articulação entre conhecimento escolar e experiências vivenciadas pelos alunos, assim como outras relações de sentido e de significado do tema. Na perspectiva dialética de Vygotsky (2005, p. 137), a compreensão sobre o patrimônio monumentalizado pode potencializar e ampliar o entendimento do patrimônio nos contextos culturais de uma maneira mais elaborada.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é a instituição federal, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), responsável pela política de patrimônio cultural em nível nacional e define Educação Patrimonial como:

[...] os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (BRASIL, 2014, p. 1).

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida no ambiente formal de ensino (escolas) ou em ambiente informal (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais e outros) e se adequar a qualquer evidência material ou manifestação da cultura local (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº. 9394/1996), em seu art. 1º, de imediato refere que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDBEN, art. 1º) (BRASIL, 1996, p.

1).

Implica dizer que, por meio da escola, o trabalho com a Educação Patrimonial proporciona a possibilidade de ações educativas, em um processo de reflexão sobre os bens culturais e sociais, e busca fomentar a valorização dos patrimônios históricos preservando suas origens e compreendendo sua relevância sociocultural.

Dentro da escola, o professor tem diversas iniciativas educacionais para despertar nos alunos sentimentos de valorização, de amor e de respeito aos bens culturais, tais como: a promoção de visitas a locais históricos, palestras e debates, redações sobre o patrimônio cultural local, pesquisas sobre a comunidade local, organização de seminários temáticos, entre outras ações educativas possíveis. Os professores podem começar os trabalhos pedindo para que os alunos consultem seus pais sobre como era o bairro no passado, trazendo fotos antigas que poderão ser expostas junto com fotos atuais para criar um diálogo, como por exemplo, um questionamento dos estilos arquitetônicos entre os diferentes períodos históricos. Outra ação poderia ser a de coletar objetos do passado, em uso ou não, como forma de lembrar o tempo vivido, e envolver os parentes já com mais idade, como os avós, o que tornaria a ação rica e valorativa.

#### 2.4 Possibilidades pedagógicas: educação patrimonial

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº. 9394/96 no art. 26, determina que o currículo dos Ensinos Fundamental e Médio deve incentivar a observação das características regionais e locais da sociedade e da cultura (BRASIL, 1996).

Assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN sugerem a inserção da pluralidade cultural como elemento necessário no trabalho com a Educação Básica, indicando noções de patrimônio cultural aos demais conteúdos escolares, por intermédio da prática interdisciplinar e inserção de ações pedagógicas de caráter interativo, visando aproximação do público ao patrimônio que lhe pertence (MALTÊS et al., 2010). A respeito da Educação Patrimonial, Tolentino (2013) refere que:

A Educação Patrimonial pode ser contemplada como tema transversal, interdisciplinar, o que possibilita aos professores que atuam com estudantes do Ensino Fundamental nos anos iniciais abordar essa temática em qualquer disciplina escolar obrigatória, de maneira natural, brincando, afinal criança gosta de brincar (TOLENTINO, 2013, p. 23).

O Decreto nº. 6.844, de 2009, vincula a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF, com o objetivo de fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, à coordenação, à integração e à avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2009).

De acordo com Rocha (1989), a escola tem papel

fundamental na disseminação da cultura e na afirmação de sua importância:

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais (ROCHA, 1989, p. 31).

Na escola, a proposta é ensinar sobre patrimônio histórico-cultural, sem, no entanto, tornar-se uma disciplina obrigatória, embora importante. As ações de Educação Patrimonial são indispensáveis para a preservação de bens culturais. Tais ações devem ter como compromisso incentivar a apropriação desses patrimônios culturais e despertar o cuidado e a luta para a sua preservação.

Para Jeudy (1990), trabalhar o patrimônio na escola contribui para refletir sobre o mesmo, tendo em vista as memórias e as apropriações coletivas. O patrimônio está em movimento nas relações e manifestações culturais e não se reduz à simples transmissão do conhecimento, mas está nas apropriações culturais coletivas.

Em tempos contemporâneos, embora a educação seja prioridade e muito valorizada, os profissionais demonstram pouco interesse em discutir a respeito da Educação Patrimonial na escola. Lima (2011, p.43) defende fortemente a importância da Educação Patrimonial, no contexto escolar, quando afirma que:

[...] a educação patrimonial precisa estar presente em instituições de formação de gestores (seminários, academias militares, universidades, sindicatos, associações, entre outras), mas principalmente nas redes de ensino, devendo ser considerada um objeto relevante de reflexão por aqueles que pensam e articulam a educação brasileira, mas principalmente nas redes de ensino, devendo ser considerada um objeto relevante de reflexão por aqueles que pensam e articulam a educação brasileira.

A historiadora Michele Arroyo refere como principal fator de entrave ao trabalho com a Educação Patrimonial nas escolas “a existência de práticas isoladas, em descompasso com as políticas públicas de proteção” (ARROYO, 2005), sendo desvalorizada no que diz respeito à variedade de possibilidades didáticas.

Existem diversas ferramentas, como: livros, cartilhas, material impresso e virtual, entre outros recursos, que servem para nortear e engajar a participação dos estudantes e do cidadão no conhecimento do seu patrimônio, porém os professores nem sempre utilizam as ferramentas disponíveis para trabalhar a Educação Patrimonial e para fomentar a reflexão e percepção em relação aos fatores históricos, que compõem o cotidiano da cidade, da comunidade e do país. Esse processo requer um trabalho constante de articulação com a realidade local do indivíduo, e que se torna um elemento chave na construção da consciência crítica e de cidadania, na formação de sujeitos ativos e conscientes.

Muitas vezes, os educadores não percebem que o

patrimônio histórico-cultural, tanto material como imaterial, não está distante e sim em seu entorno, e que faz parte do seu cotidiano, como, por exemplo, os casarões da sua rua, o beco com o candeeiro da esquina, o modo de fazer o doce, o licor, a cestaria, o sabão artesanal, as senhoras da comunidade. Os conhecimentos dos mais antigos moradores da comunidade, como as benzedadeiras, os raizeiros, as parteiras, os fotógrafos, os barbeiros, os sapateiros e outros profissionais liberais que não se renderam à força capitalista, à modernidade. Pessoas que cultivam o modo de ser e de fazer as coisas como faziam no passado. São experiências vivas que têm muito a transmitir em sabedoria aos mais jovens.

Arroyo (2005) relata que as ações em relação à Educação Patrimonial são pensadas de forma desarticulada, já no que se refere à preparação dos professores em relação ao patrimônio cultural, e diz que:

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio de sua cidade (ARROYO, 2005, p. 32).

A autora ainda afirma a respeito do assunto que:

As linguagens da cidade têm um caráter pedagógico: porque a materialidade e a subjetividade da cidade expressam as relações e os valores sociais, políticos, racistas, de classe, de exclusão ou inclusão, que estão presentes na sociedade. Então, esses símbolos, esse patrimônio, representam a experiência cotidiana do cidadão e, ao mesmo tempo, educam o olhar e a percepção do outro, o que é fundamental para a construção da identidade (ARROYO, 2005, p. 34).

Nesse contexto, é perceptível no cotidiano escolar a falta de preparo dos professores em relação à importância de formar cidadãos conscientes e preparados para percepção e concepção do valor histórico do patrimônio cultural existente nas cidades. Cabe à escola o papel de formar, por meio do ensino pautado na educação patrimonial, cidadãos capazes e conscientes de deveres e de direitos à história e à história de seus antepassados.

### 3 Conclusão

A Educação Patrimonial é uma importante ferramenta, que pode ser utilizada no processo de ensino-aprendizagem, por meio de diversas ações que os professores podem adaptar e interagir com seus alunos e com a comunidade local, propiciando o despertar do sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural das cidades, potencializando elos entre bens culturais, memória, identidade e cidadania. A Educação patrimonial tem uma função importante, que é a de envolver a comunidade escolar de forma direta no contato com a comunidade local, nas vivências e nas produções dos alunos e, com isso, oportunizar a todos a percepção dos espaços da cidade, a partir de um olhar diferenciado.

A Educação Patrimonial se mostra necessária e viável por intermédio da interdisciplinaridade, pois amplia o conhecimento sobre os bens culturais, incorporando o senso de valorização e de preservação do patrimônio histórico-cultural, a manifestação de um sentimento de pertencimento e o reconhecimento de participação, garantindo seu significado na educação.

A metodologia da Educação Patrimonial na escola tem que ser encarada como uma alternativa, que possibilita ao aluno a valorização da própria história, por meio dos bens culturais regionais. Esse aluno terá a oportunidade de crescer intelectualmente como indivíduo, parte de um coletivo, que contribuirá com a edificação cultural da sua comunidade.

No bairro do Porto de Cuiabá as ações estão implementadas no sentido da descoberta da própria realidade circundante, o Poder Público, a seu modo, requalificou a orla do rio Cuiabá – criando um nicho folclorizante da realidade, para turistas – porém, as ações foram implementadas sem o envolvimento da comunidade, o que provoca ainda mais o distanciamento e o isolamento da mesma em relação ao contexto revitalizado, evidenciando uma realidade triste de abandono e de exclusão, os comerciantes locais não foram contemplados com os espaços requalificados. Por trás das fachadas decoradas surge uma massa de pobreza misturada à degradação e às drogas.

Levar para dentro das escolas ferramentas, que oportunizem aos estudantes um contato direto com o patrimônio cultural, por meio do ensino-aprendizagem irá propiciar que a percepção real de valores e da importância das identidades culturais seja desenvolvida e fomentada.

## Referências

ARROYO, M.A. Educação patrimonial ou a cidade como espaço educativo? *Rev. Outro Olhar*, v.4, n.4, 2005.

BRASIL. Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC. *Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN, 2014.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Decreto n. 6.844 de 7 de maio de 2009. Brasília: IPHAN, 2009.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Manifesto de Amsterdã*. Brasília: IPHAN, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.

HORTA, M.L.P. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2011.

JEUDY, H.-P. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LIMA, D.F.C. educação patrimonial nos documentos patrimoniais: Constituição de 1988 e planos de salvaguarda. Salvador: UFBA, 2011.

MALTÊZ, C.R. et al. Educação e patrimônio: o papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. *Pedagogia Ação*, v.2, n.2, p.1-117, 2010.

PELEGRINI, S.C.A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

QUEIROZ, M.N. A Educação patrimonial como instrumento de cidadania. *Rev. Museu*. 2006. Disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/artigos>>. Acesso: 22 maio. 2018.

ROCHA, G. *Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

TOLENTINO, Á.B. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Superintendência do IPHAN na Paraíba. Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades. João Pessoa: IPHAN, 2013.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.